

pela Câmara com o mais interessado silêncio. Ele foi o político integral, na oposição ou no Governo. Vice-presidente do CDS, bateu-se em horas muito difíceis pelos seus ideais centristas e democratas-cristãos e pela sobrevivência da democracia em Portugal. Foi dos máximos entusiastas do projecto da Aliança Democrática e por ele lutou com garra até ao último minuto. Primeiro Ministro civil da Defesa Nacional após o 25 de Abril, desempenhou com pleno sucesso tão delicada tarefa, preparando agora a transição das forças armadas para a dependência do poder civil. Todos nós, sobretudo aqueles que, como eu, eram há muito seus amigos, guardarão para sempre consigo tão rica e multifacetada personalidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: António Patrício Gouveia, deputado em 1979 e 1980, desempenhava com competência absoluta o cargo de chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, homem com quem mais gostava de trabalhar.

Economista brilhante, dedicou-se muito cedo à política, nomeadamente no sector dos negócios estrangeiros. Militante do PSD, secretário-geral da sua Comissão de Relações Internacionais, membro do Conselho Nacional, representante nos primeiros Conselhos de Informação para a Imprensa e para a Anop, presente em várias associações ou encontros virados para a política internacional, deixou por toda a parte onde passou a imagem da capacidade e da afabilidade. Em todo o lado deixou amigos. O seu trato era fácil, a sua simpatia e boa disposição ilimitadas, vastas as suas capacidades intelectuais e grandes as qualidades humanas.

Foi um exemplo vivo das virtudes sociais-democratas, da solidariedade, da lealdade, da dedicação. Lentamente acumulava um enorme capital de saber e de contactos e, apesar de ter pouco mais de 32 anos, viam-se já os primeiros êxitos de uma carreira política prometedora. Por tudo isto, deixa em nós, seus amigos, uma presença intensa de uma doçura luminosa.

Lembramos também as pessoas das mulheres de Sá Carneiro e Amaro da Costa, bem como os pilotos que pereceram no acidente em desempenho da sua missão.

Partilhamos a dor das respectivas famílias. Curvamo-nos perante a memória de todos. Sabemos que, como qualquer ser humano, todos tinham, além das qualidades, defeitos. Mas foram tão amados por tantos homens que esperamos que Deus os tenha recolhido.

Por nossa parte, agradecemos as sentidas expressões que colegas de outras bancadas nos têm transmitido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acabo esta pobre oração dedicando a Sá Carneiro as mesmas palavras que ele próprio pronunciou, há dez anos, no final do elogio de um seu querido amigo e companheiro de luta: «Exemplo que nos responsabiliza gradualmente e que nos move a sair do acabrunhamento da sua perda irreparável para o esforço da actividade política intensa a que nos chama o seu lugar vago e que a Nação tem o direito de nos exigir.

Não que alguém queira ou possa imitá-lo, mas que cada um a seu modo preste, mercê de um trabalho mais árduo, mais corajoso, mais aguerrido, o tributo

que merece a sua memória e a de todos os que pereceram no desempenho do mandato que haviam recebido dos eleitores.»

Nós continuaremos, pois, a sua obra. Sabemos que, graças a ele e a outros que surgiram já, ou virão ainda a aparecer, o século XX não ficará jamais na história de Portugal como século dos ditadores, mas sim o século da democracia. Para mim, certamente para vós, queridos companheiros, ele será para sempre o século de Francisco Sá Carneiro.

*Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Soares.

O Sr. Mário Soares (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista venho juntar a nossa voz à homenagem que a Assembleia da República hoje presta a três ilustres deputados desaparecidos tragicamente — Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e António Patrício de Gouveia. Fazemo-lo com sinceridade e com respeito, fazemo-lo comovidamente.

Não se estranhe que adversários políticos que sempre fomos dos três homens públicos — com a mesma frontalidade que eles punham no combate político em que estavam empenhados — nos inclinemos agora perante a sua memória com profundo pesar. A política é frequentemente uma actividade dura, com uma lógica implacável, conduzindo, por vezes, a confrontações desgostantes, irredutíveis e mesmo injustas. Mas para aqueles que acreditam sinceramente nos direitos e valores humanos e têm a nortear a sua acção motivações nobres (e não interesses mesquinhos ou meras ambições) a política não exclui, não pode nem deve excluir os sentimentos genuínos de apreço, de espontânea simpatia, de respeito, de franca convivência e (porque não dizê-lo?) de admiração, que ligam entre si os seres humanos e constituem o melhor da nossa condição de homens.

Sublinhei no próprio momento em que tive conhecimento do trágico acidente que em democracia não há inimigos, mas simples adversários. O facto de nos encontrarmos em campos politicamente opostos nunca impedi a cordialidade, a estima recíproca, o apreço sincero e mesmo a amizade.

A democracia deve fazer-se no confronto, por vezes sem tréguas, de ideias, de sistemas e de projectos políticos diferenciados, mas nunca pode nem deve dar lugar à destruição ou ao amesquinhamiento dos homens.

Nesse aspecto, a nossa jovem democracia tem dado passos efectivos e tem-nos conduzido a todos, designadamente nesta Assembleia, a hábitos de convivência cívica e de respeito mútuo entre adversários políticos, que não existiam nem podiam existir no tempo da ditadura, e que hoje todos reconhecemos que são fecundos, necessários e salutares. Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa — este último, além do mais, pela sua natureza de genuíno parlamentar e pelo seu temperamento transbordante, cordialíssimo e caloroso — souberam ser fiéis a estas regras de con-